

## Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 28/08/2018

- [Projeto sobre punição por violência sexual contra criança pode ser rejeitado](#)
- [Pai Presente - total de audiências de reconhecimento cresce em MT](#)

**Assunto: Projeto sobre punição por violência sexual contra criança pode ser rejeitado**

**Fonte:** Agência Senado

**Data:** 28/08/2018



Um projeto de lei em análise no Senado pretende inserir no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA — Lei 8.069, de 1990) dispositivo para enquadrar e punir a prática de violência sexual contra crianças e adolescentes. A proposta (PLS 420/2011), do senador Eduardo Amorim (PSDB-SE), já foi rejeitada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). O mesmo caminho poderá ser seguido pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde o projeto aguarda votação final.

O relator na CCJ, senador Magno Malta (PR-ES), deu parecer contrário ao texto, argumentando que o Código Penal (Decreto-Lei 2.848, de 1940) já determina punição mais dura do que a prevista no projeto para esse crime. A proposta de Amorim pretendia estabelecer, no texto do ECA, pena de 4 a 10 anos de reclusão, mais multa, para quem praticar sexo com criança ou adolescente mediante violência. Malta observa que, pelo Código Penal, a punição pode ir de 8 a 15 anos de reclusão.

“No mérito, compartilhamos do entendimento constante do parecer aprovado na CDH. Do tema já tratam os arts. 213, § 1º, e 217-A do Código Penal, com penas ainda mais rigorosas do que as propostas pelo PLS”, justifica o relator.

Se o PLS 420/2011 fosse aprovado, diz Malta, acabaria favorecendo os criminosos já condenados por violência sexual contra crianças e adolescentes, dada a inserção de penas mais brandas no ECA, uma “flagrante contradição com os interesses da sociedade”.

## **Assunto: Pai Presente - total de audiências de reconhecimento cresce em MT**

**Fonte:** CNJ

**Data:** 28/08/2018



A edição 2018 do programa Pai Presente superou as expectativas dos organizadores em Cuiabá e Várzea Grande. O número de audiências foi 28% maior na capital e 50% superior na cidade vizinha, em comparação ao ano passado. Na série histórica, verifica-se um crescimento desde 2015. “Este ano tivemos um resultado excepcional, muito em razão da divulgação da iniciativa, que começou em julho. Fizemos o convite e isso surtiu efeito, a sociedade compareceu”, avaliou a diretora do Fórum de Cuiabá, juíza Edleuza Zorgetti Monteiro da Silva. O mutirão foi realizado nas duas cidades no último sábado (18 de agosto). Em Cuiabá, ocorreram 81 audiências, que resultaram em 29 reconhecimentos espontâneos, 44 exames de DNA e 8 encaminhamentos diversos. Em Várzea Grande foram 56 audiências, cinco reconhecimentos espontâneos e 51 testes de paternidade. A parceria com serventias extrajudiciais possibilitou a impressão da nova certidão de nascimento na hora, em muitos casos. “Apesar de a finalidade do evento ser a redução do número de pessoas sem o nome do pai na certidão de nascimento, fomos procurados para consultas e encaminhamentos diversos”, contou a magistrada.

Thamara Hilayra Nunes da Silva, de 17 anos, compareceu ao Fórum da Capital para fazer a coleta de material genético, acompanhada pelo suposto pai, Luis Rodrigues dos Santos, de 33 anos. “Todo mundo tem um pai, eu queria saber quem era o meu”, afirmou a estudante que contou com a ajuda da avó de criação para chegar até o Luis. “A primeira vez que o vi tinha 10 anos, mas não sabia de nada. Tempos depois minha avó me deu umas dicas e me incentivou a procurá-lo. Isso foi no ano passado e de lá para cá o nosso contato se intensificou”, contou.

O Luis, que já tem outros quatro filhos, disse que teve um relacionamento ocasional com a mãe da menina. Ele ficou sabendo pela atual esposa do Pai Presente e procurou Thamara para participarem do programa. Juntos, elas compareceram ao mutirão espontaneamente para fazer o exame laboratorial. “Apesar de já o conhecer e ter até um certa intimidade, será muito importante ser reconhecida. Ter o nome do meu pai no documento fará toda a diferença”, declarou. A jovem tem uma irmã gêmea, Thamires Katiane Nunes da Silva, que mora em Acorizal, e caso seja positivo o resultado do DNA, ela também terá a paternidade reconhecida.

A designer de sobancelhas Ana Paula Domingos do Nascimento, de 30 anos, levou o filho Yuri Nascimento, de um ano, para colher sangue. A coleta do material do suposto pai, com quem ela foi casada, será no interior da Bahia, agendada para 22 de agosto. Eles já são pais do Yan Nascimento de Oliveira, de seis anos. “Quando nos separamos eu estava grávida de dois meses e voltei para Cuiabá. Ele sabia do bebê, mas pediu o exame mesmo assim. Agora o que mais quero é tirar essa dúvida dele e alterar a certidão de nascimento. A parte mais triste não tem como corrigir, mas desejo que pelo menos alguma coisa boa seja feita”, revelou.

Já a funcionária pública Kelly Cris Almeida de Souza, de 34 anos, foi reconhecida espontaneamente pela família do pai falecido. A avó veio de Cáceres, fez questão de

acompanhá-la e confirmar a paternidade. “Conheci meu pai quando tinha 10 anos, tivemos pouco contato porque ele formou uma nova família e foi embora de Cuiabá. Depois encontrei minha avó e meus tios, que sempre me aceitaram mesmo sem o DNA”, contou. A tia Vera Lúcia Ferreira da Silva, que veio de Sapezal, afirmou que os familiares sempre souberam da existência dela, desde a barriga da mãe. “Vi a doutora Edleuza na televisão divulgando essa linda campanha e chamei minha avó e minha tia para virem”, relatou.

“Estou muito feliz, graças a Deus, à iniciativa do Judiciário, aos profissionais do Fórum de Cuiabá e da Ceja, que não mediram esforços para me ajudar, em um caso atípico. É muito chato ter somente o nome da mãe no documento e contar pai ‘não declarado’. Agora está tudo resolvido”, comemorou, aliviada. Trocar a certidão de casamento e o registro de nascimento dos dois filhos será um prazer para Kelly de Souza.

As audiências foram realizadas pelos juízes Edleuza Zorgetti, Adair Julieta da Silva, Ana Graziela Vaz de Campos Alves Correa, Ana Paula da Veiga Carlota Miranda, Olinda de Quadros Altomare Castrillon e Bruno D’Oliveira Marques, em Cuiabá, e José Antônio Bezerra Filho em Várzea Grande.